

SEGURANÇA ESCOLAR E A LEI ESTADUAL Nº 10.129/92: UM PROGRAMA DE SEGURANÇA PARA A REDE ESTADUAL PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Tiago França Cirino dos Santos¹

RESUMO: Dentre as políticas públicas que tratam do tema segurança escolar há destaque para Lei Estadual nº 10.129/92, que, em consonância à necessidade de cuidados com a estrutura física de colégios da Rede Pública de Ensino do Estado, trouxe a segurança jurídica fundamental para as ações já desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Dessa maneira, a respectiva norma condicionou o uso das residências existentes na rede aos policiais militares, bombeiros e civis da SEED, nominando-os comodatários. Essa medida contribuiu para o correto destino das moradias, tornando transparentes os atos administrativos relacionados, e para auxiliar famílias que precisam de alívio financeiro momentâneo e dignidade. Destarte, este artigo tem o objetivo de registrar a atuação de agentes públicos, militares ou não, que contribuem com a segurança de tais unidades, envidando esforços como garantia de prevenção a crimes nos seus limites físicos, através do Programa de Segurança Escolar criado com a respectiva Lei.

Palavras-chave: Segurança escolar. PMPR. BPEC. Permissionário. Educação. Civis.

ABSTRACT: Among the public policies that deal with the issue of school security, State Law No. 10,129/92 stands out, which, in line with the need to take care of the physical structure of schools in the State's Public Education Network, brought fundamental legal security to the actions already developed within the scope of the State Department of Education and the Public Security Department of Paraná. In this way, the respective standard conditioned the use of existing residences in the network to military police officers, firefighters and SEED civilians, naming them borrowers. This measure contributed to the correct destination of housing, making related administrative acts transparent, and to assist families in need of momentary financial relief and dignity. Therefore, this article aims to record the actions of public agents, military or not, who contribute to the security of such units, making efforts to guarantee the prevention of crimes within their physical limits, through the School Security Program created with the respective Law.

Keywords: School security. PMPR. BPEC. permit holder. Education. Civil.

INTRODUÇÃO

Conceitualmente, o triângulo do crime é um modelo possuidor de três elementos fundamentais para a ocorrência de ação delituosa, sendo: agente motivado, alvo adequado e

¹Tenente QOPM – Oficial da Polícia Militar do Paraná. Bacharel em Segurança Pública pela Academia Policial Militar do Guatupê da PMPR em 2015. Atuando em função no Estado Maior do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária.

inexistência de vigilância. Pode-se afirmar que a retirada de um dos vértices do modelo ocasionaria a diminuição da possibilidade de um crime ocorrer (CLARKE & ECK, 2003)

Em Bondaruk (2015, p. 56), vemos que “a maioria dos crimes é cometida porque o delinquente vislumbra uma oportunidade”. Isso posto, é incontestável a ideia de falta de vigilância e alvo adequado como gatilhos para o criminoso, que, possuindo arbítrio, decide pelo cometimento do ato tipificado no Código Penal.

Em contrapartida, ainda, segundo o mesmo autor, quanto mais o delinquente sentir-se inseguro ou vulnerável para o ilícito, tanto menos haverá de cometê-lo. Nessa seara, a vigilância e a dificuldade para transpor barreiras, isto é, a existência de um alvo desfavorável, tende a desmotivar o agente. (BONDARUK, 2015, p. 56)

Nesse viés de percepção de eventual ato criminoso, a Constituição Federal, art. 144², cita que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos e visa a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Tal texto constitucional manifesta a ideia de responsabilidade dos atores sociais sobre o tema segurança, exprimindo uma obrigação de serem preservados bens públicos e privados através de vigilância³.

Destarte, essa “responsabilidade” recai sobre o Estado como dever, como expresso no mesmo texto constitucional, art. 144, que, em seu inciso V, cita as polícias militares e corpos de bombeiros militares como órgãos operadores do sistema de segurança pública, além de outras corporações.

Assim, tratando-se exclusivamente da preservação do bem público, de estruturas construídas em áreas pertencentes aos colégios da Rede Pública de Ensino do Paraná, no Estado foi instituído o Programa de Segurança Escolar, através da Lei nº 10.129, de 12 de novembro de 1992, que trouxe formalidade a atos administrativos como o do comodato⁴, que é “o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis” - art. 579 do Código Civil.

Considerando que antes do advento da lei a cessão de uso das residências dos colégios estaduais era concedida a civis e militares sem que houvesse um padrão, a promulgação da norma passou a direcionar as ações relacionadas ao tema, solidificando o uso do bem prioritariamente aos Praças da Polícia Militar do Paraná.

²Constituição Federal de 1988.

³Ato ou efeito de vigiar ou estado de quem está vigeil ou vigeilante.

⁴Código Civil Brasileiro.

Importa destacar que essa lei contribuiu para a sanção de problemas como o uso indevido desse espaço por atores diversos, que ocupavam as casas e por vezes ajuizavam ações de posse, tornando moroso o processo de desocupação do imóvel, em disputa judicial.

Nessa perspectiva de proteção do patrimônio público, a cessão de uso para “caseiros”⁵, através do comodato instituído, é importante para o Estado do Paraná, considerando que o militar tem sua formação voltada à área de segurança pública; e não menos importante para a comunidade escolar e para o comodatário que, por vezes, faz uso dessa prática para recuperar-se financeiramente e moralmente.

Não é intuito a defesa, neste artigo, do vislumbre assistencial do ato de empréstimo da coisa pública; a concepção de que o comodatário terá alívio financeiro é apenas expositiva.

Desta maneira, o objeto do artigo é demonstrar a forma como são desenvolvidas as ações relativas ao tema, como eram antes da lei em vigor e refletir eventuais acréscimos de atos para o enriquecimento do Programa de Segurança Escolar hoje, sob a ótica do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, que é o responsável pela administração da pasta no âmbito da Polícia Militar do Paraná.

PERMISSÃO DE USO

1988

A cessão de uso foi instituída a partir da promulgação da Lei nº 10.129/92, de 12 de novembro de 1992, assinada pelo Governador do Estado à época, o Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, estabelecendo um divisor para os atos formais e cotidianos sobre o assunto, trazendo maior responsabilidade dos interessados no empréstimo da “casa do caseiro”, que foi denominada posteriormente como “casa de permissionário”.

Observe o art. 2º da Lei 10.129/92, que trata do Programa de Segurança Escolar:

Art. 2º Para a concretização de tal Programa, efetivar-se-á ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Militar do Paraná, no sentido de instalar, prioritariamente, nas residências existentes juntos aos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação, praças da Polícia Militar, escolhidos segundo os seguintes critérios:

- I – excelente comportamento;
- II – família constituída;
- III – estabilidade na corporação.

...

⁵Definição prevista na Lei Estadual nº 10.129/92.

O art. 2º acima delimita as normas gerais para a cessão de uso, através de gestões da Secretaria de Educação e da Polícia Militar do Paraná, estabelecendo critérios básicos para o empréstimo ao comodatário militar.

Cite-se a existência do ato de empréstimo do bem público anterior à lei e a falta de um padrão definido para tanto; evidentemente, o conhecido Termo de Permissão de Uso, que compõe o rol de documentos necessários ao processo de cessão da casa, não fez parte das documentações juntadas antes da promulgação da referida norma.

Destarte, com a criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, em 2008, a responsabilidade de indicar policial ou bombeiro à função de permissionário deixou de ser das demais Organizações Policiais Militares, no âmbito da PMPR, para integrar uma das frentes de trabalho dessa Unidade Especializada - BPEC.

A partir de 2014, novos atos foram incorporados ao expediente da SEED e da PMPR para a correta destinação dos imóveis, cumprindo o previsto na Constituição Federal, art. 37, que cita que a “administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”⁶.

Cumpre esclarecer que a destinação da coisa pública deve seguir ritos previstos no arcabouço jurídico; no caso específico do empréstimo das casas existentes nos colégios da Rede Pública Estadual, aos policiais militares ou bombeiros, via comodato, os preceitos epígrafados estão presentes.

Evidenciada a existência da legalidade no processo e a dos demais princípios, é oportuno afirmar que existem fases bem definidas até o empréstimo do bem ao comodatário, salvo algum erro por desconhecimento da lei e dos demais ordenamentos abaixo dessa.

Nessa seara, destaca-se que tanto a Secretaria de Estado da Educação quanto a Polícia Militar do Paraná elaboraram documentos próprios para o cumprimento do previsto no Art. 6º, da Lei 10.129/92: “O Poder Executivo baixará os atos necessários à execução e à regulamentação da presente Lei.”

Tais “atos necessários” condizem com as seguintes documentações elaboradas:

- 1 – Instrução Normativa nº 001/15 – DIPLAN/SUDE/SEED;
- 2 – Portaria do CG nº 887, de 11 out. 22 – PMPR.

⁶Art. 37 da Constituição Federal.

Assim, as normas acima conduzem a atos obrigatórios dos agentes públicos responsáveis pelas cessões de uso, delimitando seu *modus* de trabalho através do esforço conjunto da Secretaria de Estado de Educação e da Polícia Militar do Paraná.

Posto que a cessão de uso via comodato tomou nova forma a partir da promulgação da lei, bem como das normas posteriores acima elencadas, é necessário demonstrar, através de outras seções, partes importantes do Projeto de Segurança Escolar, tanto para o policial ou bombeiro na função quanto para Administração Pública.

ETAPAS DA PERMISSÃO DE USO

Existem muitas etapas até a elaboração do Termo de Permissão de Uso aos permissionários militares. Essas estão previstas na Portaria do CG nº 887/22⁷, sendo para o caso de vaga disponível:

a) recebimento de protocolo com ofício que informa vaga existente, oriundo de Núcleo Regional de Educação (NRE);

b) divulgação de vaga(s) através da Intranet da PMPR, pelo BPEC;

c) cadastro de dados e upload documental pelo militar voluntário, via link da Intranet: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeg5EfOjdvG9VbZoxHL5_BHHHynpzZge6EST_5SNarMuXXaQ/viewform?vc=o&c=o&w=i&flr=o

1990

d) seleção dos candidatos que cumprem os requisitos exigidos pela Lei 10.129/92, Instrução Normativa 001/15 e Portaria do CG nº 887/22;

e) restituição do protocolo com ofício contendo os pré-selecionados, ao NRE responsável;

f) seleção do permissionário para a vaga existente (no colégio);

g) restituição do protocolo com a indicação do selecionado, ao BPEC;

h) remessa do protocolo à OPM onde o policial ou bombeiro é lotado;

i) restituição do protocolo ao BPEC para verificação documental e outros atos;

j) remessa do protocolo ao NRE responsável, com a apresentação do militar à função de permissionário – através de ofício.

Para os casos de renovação de Termo de Permissão de Uso e eventual regularização por descumprimento de prazo previsto:

a) recebimento de protocolo com ofício que informa renovação, via NRE;

b) remessa do protocolo à OPM onde o policial ou bombeiro é lotado;

⁷Portaria do CG nº 887/2022, publicada no Boletim-Geral nº 179, de 11 de out. 22.

c) restituição do protocolo ao BPEC para verificação documental e outros atos;

d) remessa do protocolo ao NRE responsável, com a apresentação do militar à função de permissionário – através de ofício.

Evidencie-se que outras etapas são cumpridas na SEED, como parte do processo, e antecedem a elaboração do contrato que deve ser assinado pelo permissionário, cônjuge e testemunhas; também que eventuais erros na juntada documental prejudicam a celeridade dos atos formais em qualquer das etapas previstas.

LEI ESTADUAL 10.129/92

A lei em questão foi promulgada em 12 de novembro de 1992 objetivando a vigilância e o cuidado dos colégios da Rede Pública de Educação, conforme seu art. 1º evidencia: “ Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná.”.

Sequencialmente, o art. 2º destaca a cooperação entre a SEED e a PMPR para a indicação de militares, prioritariamente Praças, às vagas existentes.

A observação que se pode fazer no caso em tela é a de que o critério I do art. 2º - “excelente comportamento” - possui relevância na Corporação por exigir do comodatário militar um *status* inerente a sua formação, que tem fundamentos sólidos na ética e moral, princípios inegociáveis na vida castrense.

Entretanto, restou à Portaria do CG nº 887/22 a alteração do critério I para o “bom comportamento”, considerando que a ideia da premissa comportamental é extraída do Regulamento Disciplinar do Exército – R-4 (vigente na PMPR), como é possível observar no art. 51, § 1º, que trata do assunto: “ O comportamento militar da praça deve ser classificado em: I - excepcional...”.

Desta forma, a diferença nas terminologias usadas tanto na Lei 10.129/92 quanto no RDE (R-4) não obstaculizou o voluntariado de policiais e bombeiros à função de permissionário, considerando que o “bom comportamento” tem previsão no RDE ⁸ .

Outro aspecto a destacar é o da união estável, prevista no art. 1723 do Código Civil: “ É reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”.

⁸Art. 51, § 1º, III.

A referência à união estável é por existir dentro do processo de cessão de uso a juntada de documento que comprove a condição familiar, visto que o comodatário não pode residir sozinho⁹ e que a Certidão de União Estável pode substituir a Certidão de Casamento dentro do rol documental.

Não menos importante, o art. 5º da Lei trata da permanência de civis na função já exercida quando da implementação do Programa de Segurança Escolar, esclarecendo que “caseiros ou zeladores” com desempenhos satisfatórios podem residir sem quaisquer mudanças.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/15 – DIPLAN/SUDE/SEED

A Instrução Normativa nº 001/15 - DIPLAN/SUDE/SEED tem características semelhantes às da Portaria do CG nº 887/22, tendo sido discutida e elaborada em reuniões entre SEED e BPEC, que antecederam sua divulgação em 2015; está dividida em dez títulos e possui 5 anexos.

A respectiva instrução tem papel fundamental nas ações que devem ser desenvolvidas no processo de permissão de uso, contribuindo para o correto direcionamento dos atos e etapas antecessoras relacionados ao empréstimo do bem.

Vejamos o parágrafo inicial do documento epigrafado, que prevê a ocupação das residências prioritariamente aos militares estaduais:

A Secretaria de Estado da Educação por intermédio da Diretoria de Informações e Planejamento, no uso das atribuições concedidas pela Resolução Nº. 3686/2012 - GS/SEED e em cumprimento a Lei Estadual N.º 10.129, de 12 de novembro de 1992, estabelece os procedimentos de Permissão de Uso para a ocupação das residências existentes nas Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica, priorizando a ocupação dessas residências a Policiais Militares, conforme prevê o Artigo 2º. da referida Lei.

Dessa maneira, a norma regulamenta o uso aos policiais e bombeiros, entretanto, não deixa de mencionar os civis da SEED como prováveis comodatários das permissões de uso:

Inexistindo militar estadual interessado, a direção da Instituição de Ensino poderá indicar/selecionar um profissional estável da Secretaria de Estado da Educação, que poderá estar lotado na própria ou em outra Instituição de Ensino, conduzindo o processo conforme descrito no Item I – 1 a 4;

Também não deixa de citar a possibilidade de empréstimo do bem público a outras categorias de servidores:

os casos que se referem à Permissão de Uso para servidores estáveis de outras Secretarias de Estado, servidores estaduais/vínculo Paraná Educação e servidores públicos municipais só deverão ser encaminhados quando esgotadas as possibilidades acima.

⁹Art. 2º, II da Lei 10.129/92.

Em que pese existir remanescente de servidores de outras secretarias, de servidores municipais e ainda de membros da comunidade eventualmente (casos raros) nas casas da rede, a maioria absoluta das permissões de uso está entre os militares – policiais e bombeiros – e os funcionários da Educação Pública.¹⁰

Um aspecto fundamental a ser destacado nesta seção, é o título IV da Instrução Normativa 001/15 - DIPLAN/SUDE/SEED vigente, denominado “QUANTO AOS DEVERES DO PERMISSIONÁRIO”, que possui seu espelhamento na Portaria do CG nº 887/22.

Nesse caso, as documentações possuem disparidades evidenciadas quando da análise dos deveres dos comodatários, considerando os períodos elaborativos das respectivas normas: Instrução Normativa 001, de 2015; Portaria do CG nº 887, de 2022.

Destarte, atividades extras foram acrescidas na Portaria como deveres para o militar, como é visto abaixo:

Art. 5º São deveres do militar estadual permissionário:

...

XXVI - participar de momento cívico de hasteamento da Bandeira Nacional, cântico do Hino Nacional, organizando o ato e assessorando o Diretor da Instituição de Ensino quando não houver tal praxe, ao menos uma vez por semana, com o objetivo de incentivar a cidadania dos alunos;

XXVII - fazer relatório, utilizando o Sistema Harpia ou outro estipulado pelo BPEC, seguindo instruções previstas em cartilha distribuída, quando da realização das atividades constantes nos IX, XI, XII e XXVI deste artigo;

XXVIII - replicar extraordinariamente, quando solicitado pelo BPEC, orientações que se façam necessárias no contexto escolar; XXIX - manter contatos telefônicos e e-mails atualizados junto ao BPEC.

Não é objetivo desta seção a comparação entre a Instrução Normativa e a Portaria do CG, sendo citados os itens acima para exemplificação tão somente.

PORTARIA DO CG Nº 887/2022

Essa norma foi publicada em 11 de outubro de 2022, através do Boletim-Geral nº 189, na Intranet da PMPR, sendo construída também após reuniões entre representantes do BPEC e da SEED, que objetivaram a elaboração de novo documento norteador para os atos administrativos cotidianos, que possui base na DIRETRIZ 001/14-PM/1-PMPR, que a antecedeu, com a devida alteração de responsabilidades de envolvidos no processo de comodato.

Vejamos a seguir parte inicial da Portaria:

¹⁰Fontes: SEED e PMPR (Coordenação de Permissionários do BPEC).

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010 (Lei de Organização Básica da PMPR), considerando o disposto no art. 2º, da Lei Estadual nº 10.129, de 12 de novembro de 1992, bem como as informações constantes no EP nº 19.079.779-1, resolve:

Art. 1º Regulamentar as atribuições do Comandante do BPEC quanto às gestões no Programa de Segurança Escolar, em especial, das Casas de Permissionário da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED).

A elaboração da Portaria renovou o escopo do tema, sendo resposta mais criteriosa acerca das responsabilidades e deveres do comodatário militar, bem como evidenciou os atos obrigatórios do Comandante do BPEC.

Frise-se que a Diretriz anterior cumpriu seu papel no período de vigência, permitindo a solidificação da “forma” de fazer o empréstimo do bem público aos policiais e bombeiros paranaenses.

Desta maneira, a função do permissionário é reestabelecida através do novo documento, não deixando dúvidas quanto ao princípio que a rege: segurança escolar.

CONCLUSÃO

O empréstimo de bem público a pessoas físicas ou jurídicas encontra respaldo no art. 579 do Código Civil Brasileiro, através do denominado comodato. Especificamente neste caso, o Estado é o comodante e o comodatário é o militar do Paraná.

Nesta seara, o Programa de Segurança Escolar tem importância ímpar, antecedendo inclusive o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV), criado em 2017 através da Lei Estadual 19.130, de 25 de setembro, que atua diuturnamente, contudo, não desenvolve as ações de vigilância noturnas do ambiente escolar, de preservação do bem, das estruturas físicas dos colégios.

A proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio pertence à Segurança Pública, de forma geral, sendo dever do Estado e obrigação das instituições pertencentes ao sistema.

Nesse viés, os policiais militares e bombeiros têm responsabilidades inquestionáveis, e em se tratando do comodato aqui apresentado são parte fundamental do projeto, que intenta dirimir crimes, contravenções e atos alheios à vontade do Estado.

Também importa destacar que considerando o contingente de militares comodatários, em torno de 520 no Paraná, as reclamações destinadas ao Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, que dizem respeito ao efetivo exercício da função assumida, são ínfimas.

A dificuldade está centrada na falta de comunicação entre os diversos gestores do tema, na incapacidade de troca de informações de cunho estatístico e na presença de apenas dois Coordenadores do assunto no BPEC.

Portanto, sugere-se, neste artigo, a conscientização do público interno no que diz respeito aos atos dos agentes que atuam com o tema, obrigatórios, que possui caráter social, ainda que aqui não esteja evidenciado.

Destarte, a premissa social envolvida no ato do empréstimo deve ter lugar em outro artigo, que considere tabelamento de todos os militares comodatários e os motivos que os levaram ao comodato.

Quanto às possíveis melhorias no Programa de Segurança Escolar, importa afirmar que existem descompassos nas documentações vigentes; também que suas implicações devem ocupar lugar textual próprio em trabalho científico, não tendo sido a ideia do presente artigo.

REFERÊNCIAS

BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Edição do Autor, 2015.

CLARKE, R. V.; ECK, J. **Become a problem-solving crime analyst in 55 small steps**. London: Jill Dando Institute of Crime Science, 2003.

_____. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Edição do Autor, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29/01/2025.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29/01/2025.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30/01/2025.

_____. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2022. **Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm>. Acesso em 30/01/2025.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 30/01/2025.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 31/01/2025.

PARANÁ. Lei nº 10.129, de 12 de novembro de 1992. **Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Segurança Escolar e adota outras providências**. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-10129-1992-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-programa-de-seguranca-escolar-e-adota-outras-providencias>>. Acesso em 29/01/2025.

_____. Lei nº 10.129, de 12 de novembro de 1992. **Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Segurança Escolar e adota outras providências.** Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-10129-1992-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-programa-de-seguranca-escolar-e-adota-outras-providencias>>. Acesso em 30/01/2025.

_____. Lei nº 10.129, de 12 de novembro de 1992. **Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Segurança Escolar e adota outras providências.** Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-10129-1992-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-programa-de-seguranca-escolar-e-adota-outras-providencias>>. Acesso em 31/01/2025.

PMPR. Portaria do Comando-Geral nº 887, de 11 de outubro de 2022. **Regulamenta as atribuições do Comandante do BPEC quanto às gestões no Programa de Segurança Escolar, em especial, das Casas de Permissionário da SEED, e dá outras providências.** Disponível em: <http://10.47.0.26/ajudancia/BoletimGeral2022/BCG_189.pdf>. Acesso em 29/01/2025.

SEED. Instrução Normativa nº 001/15 – DIPLAN/SUDE/SEED. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_normativa_0012015_diplan_sude_seed.pdf>. Acesso em 03/02/2025.

VIGILÂNCIA. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.** 2025. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/vigil%C3%A2ncia>>. Acesso em: 29/01/2025.